



## ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA SALARIAL

Às 9:30 horas do dia 19 de dezembro de dois mil e dezesseis, reuniram-se os integrantes da Comissão de Política Salarial, instituída pelo Decreto n.º 31/2015, sob a presidência do Secretário Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Valdir Luiz Rossoni, secretariado pela servidora da Casa Civil, Sra. Katyani Ogura da Silveira. • **Integrantes:** Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Valdir Luiz Rossoni; Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Mauro Ricardo Machado Costa; Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Dra. Marcia Carla Pereira Ribeiro; Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Sr. Artagão de Mattos Leão Junior; Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador, Sr. Deonilson Roldo; e Procurador Geral do Estado, Dr. Paulo Sergio Rosso. Foi submetido à apreciação da Comissão o seguinte expediente com respectivo assunto:

### EXPEDIENTE N° 14.152.721-5:

#### INTERESSADO: Secretaria de Estado da Saúde - SESA

**OBJETO:** Pedido de Reconsideração da decisão proferida pela CPS na 16ª Reunião Ordinária, que negou o pedido de autorização para pagamento de Serviço Extraordinário a ser executado por servidores da Secretaria de Estado da Saúde além de sua carga horária normal, no período de julho a dezembro de 2016. Estimativa do valor total da demanda: R\$ 9.359.289,70.

#### DELIBERAÇÃO FINAL: APROVADO.

#### INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

- **SEFA:** Informação n° 848/2016 (fls. 140/142): A Coordenação de Orçamento e Programação não se opõe ao pleito, desde que respeitada à disponibilidade orçamentária e às disposições do Decreto n° 2879/2015, e esclarece, ainda, que não há previsão para suplementação na espécie de Pessoal e Encargos Sociais neste exercício.
- **SEFA:** Informação n° 434/2016 - CAFE (fls. 141): informa que existe disponibilidade orçamentária para o atendimento do pedido, bem como que o último índice apurado de despesa com pessoal do Poder Executivo de que trata o art. 20 da LC n° 101/2000 encontra-se no patamar de 44,28 da Receita Corrente Líquida, entretanto, adverte que o montante de despesa total com pessoal ultrapassou 90% do limite estabelecido.



**Comissão de Política Salarial  
Governo do Estado do Paraná**

- SEAP: A Secretária de Administração e Previdência ressaltou que em razão do inciso V, do parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, neste período, não poderão ser autorizados pagamentos referentes a serviços extraordinários, sendo aprovado o não pagamento pelos membros da Comissão.
- Ofício nº 2675/2016/GS: relata as razões para reconsideração do pedido, dentre elas, informa que no segmento da Saúde é impossível deixar de convocar servidor para a prestação de serviço extraordinário considerando a complexidade dos serviços que impede as equipes encerrarem procedimento médico ou laboratorial sem sua conclusão.

Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a todos e declarou encerrada a presente reunião às 10:30 horas e trinta minutos. A presente Ata foi digitada e lavrada por Katyani Ogura da Silveira \_\_\_\_\_, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos integrantes presentes à reunião.



Valdir Luiz Rossoni  
Secretário Chefe da Casa Civil



Mauro Ricardo Machado Costa  
Secretário de Estado da Fazenda



Marcia Carla Pereira Ribeiro  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência



Artagão de Mattos Leão Junior  
Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos



Deonilson Roldo  
Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador



Paulo Sérgio Rosso  
Procurador Geral do Estado